



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

ALAN VEIGA BOTELHO

ENSINO NA FACOM
Evolução e eficiência do curso de Jornalismo
da UFBA

Salvador
2010

ALAN VEIGA BOTELHO

ENSINO NA FACOM
Evolução e eficiência do curso de Jornalismo
da UFBA

Memória descritiva do documentário “Ensino na Facom: evolução e eficiência do curso de Jornalismo da UFBA”, apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel do curso de Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Prof. Washington Souza Filho

Salvador
2010

AGRADECIMENTOS

Ao professor Washington Souza Filho, por ter acreditado desde o início neste trabalho.

A todos os entrevistados, pela gentileza e atenção.

A Valter Musael e Tainá Moraes, que acompanharam o dia-a-dia deste produto.

A André Setaro, Luis Carlos “Lula”, Romenil Crispiniano, Jônathas Araújo e Maruzia Dultra, pelo estímulo de seguir em frente.

A Luis Fernando, Gildásio “Gil” e Mab Santos, pela convivência e suporte diários.

A Mara Mércia, Wendell Wagner, Agnes Cajaíba e todos os parceiros do Labfoto.

A Ailton Oliveira, por compartilhar parte de seu rico arquivo pessoal.

A Paulo Silva, Selma Barbosa e Bruno Brito, pelas valiosas orientações.

A Aline Luisa Andrade Leal, por dividir seu aprendizado.

A Luana Muniz, Gabriela Baleeiro, Felipe Silveira, Victor Diomondes e Pedrita, pela presença diante das lentes.

A Elton Andrade, Mariana Alcântara, Carlene Fontoura e Flávio Pelosta, pela disposição.

A Ione, Adriano e Andréa Veiga, pelo apoio e paciência.

A José Francisco Serafim e Mohamed Bamba, pelas portas abertas em suas salas de aula.

A Thiago Pereira, Eric Luis Carvalho, Robson Carneiro e Matheus Feitoza, companheiros de resistência e conspiração.

A Taciana Gacelin, Carina Gazar, Renata Machado, Juliana Souza, Juliana Montanha, Fernanda Caldas, Inês Costal e Elisângela “Liu”, pela preocupação.

A João Eça, Breno Fernandes, Lucas Fróes, Davi Boaventura, Victor Jacó, Edimário Duplat e Clara Marques Campos, pela constante inspiração.

A Caroline Gois, Marcos Zurck, Daiane Baruque, Karina Oliveira, Rafael Freire e Josciene Santos, pela espera.

A Monza Costa, Rafael Santana e todos os membros da Rádio Facom.

A José Valter de Jesus Bispo, Eduardo Alves da Silva, Washington Portela e Nivaldo, pela prontidão.

Aos *bangers* Alice “Thrash” e Wendell “Wild”, pela companhia durante a edição.

RESUMO

O vídeo-documentário reúne 14 depoimentos de pessoas relacionadas, de algum modo, à formação de jornalistas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e traz uma avaliação crítica das mudanças verificadas nesses mais de 60 anos de fundação do primeiro curso de Jornalismo naquela instituição pública. Mais do que uma recordação do passado, trata-se de um panorama sobre a situação dos cursos de Jornalismo no Brasil, tomando-se como exemplo a atual Faculdade de Comunicação (Facom/UFBA). Com foco na instância do ensino de graduação, estão em pauta as alterações educacionais vistas a partir da reforma universitária de 1968, a respeito dos componentes curriculares, dos perfis de docentes e discentes, da concepção do curso como uma habilitação da Comunicação Social, além do efetivo rendimento em aprendizado teórico, humanístico e prático.

Palavras-chave: ensino, jornalismo, documentário, Facom, UFBA, comunicação social.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. TEMA.....	7
2.1. ENSINO.....	7
2.2. CURSOS SUPERIORES DE JORNALISMO NO BRASIL.....	10
3. DOCUMENTÁRIO.....	15
3.1. ESCOLHA DO FORMATO.....	15
3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
4. PROCESSO PRODUTIVO.....	18
4.1. ORÇAMENTO.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6. BIBLIOGRAFIA.....	24

1. APRESENTAÇÃO

Assim como nas demais universidades públicas do país, o tempo reservou mudanças no ensino de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em termos institucionais, o curso implantado em 1949, na Faculdade de Filosofia, foi transferido em 1968 para a Escola de Biblioteconomia e Comunicação (EBC) durante o regime militar e, depois, logrou certa independência relativa com a conquista de um espaço destinado à Faculdade de Comunicação (Facom), reconhecida oficialmente pelo reitorado em 1987.

Mais do que meras configurações administrativas, as mudanças verificadas refletem planejamentos baseados em tendências nacionais (e até latino-americanas) de alterações na natureza dos cursos de Jornalismo, inclusive devido à interferência de órgãos transnacionais. Diante de tal panorama histórico, este documentário se propõe a reunir depoimentos e opiniões de fontes que acompanharam de perto tantas metamorfoses no ensino de Jornalismo na UFBA: professores, ex-professores, alunos e ex-alunos considerados capazes de avaliar criticamente este percurso. Entre os fatores avaliados pelos entrevistados estão as estruturas curriculares; os perfis dos corpos docente e discente; o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e a conexão da pesquisa com o ensino de graduação; a preparação para exercício da profissão; o contraste entre cursos públicos e particulares; contextos históricos e sociais extra-universitários.

Apesar de idealizado no ano de 2008, quando precisei deixar a Rádio Facom (atividade de extensão coordenada pelo Prof. Maurício Tavares) e o grupo de pesquisa Mídia & Música Popular Massiva (M&MPM/Póscom, coordenado pelo Prof. Jeder Janotti) para me dedicar a um estágio em webjornalismo na TV Itapoan, o presente documentário se concretiza em hora propícia a tais discussões. Um ano após a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) pelo fim da exigência do diploma superior de Jornalismo para o exercício da profissão, o Conselho Nacional de Educação (CNE) deve votar pela aprovação, no segundo semestre de 2010, das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de Jornalismo. A proposta elaborada por uma comissão de especialistas nomeada pelo Ministério da Educação (MEC) recomenda que os cursos de Jornalismo abandonem a atual rubrica de “Comunicação Social com habilitação em Jornalismo” e passem a dar foco na preparação humanística e profissional dos alunos.

2. TEMA

Para abordar a problemática do ensino de Jornalismo nas universidades públicas, faz-se primeiro necessário delinear o conceito de *ensino*, uma dentre as tantas atividades que hoje cabem ao professor universitário. Subsequentemente, a profissão será melhor esmiuçada junto a um breve histórico dos cursos de Jornalismo no Brasil, majoritariamente concebidos na atualidade como uma habilitação do curso de Comunicação Social.

2.1. ENSINO

As atividades da educação superior pública são divididas e classificadas, de acordo com o art. 207 da Constituição Federal de 1988, em três instâncias indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão (RANIERI, 1994, p. 34). A última é considerada uma contrapartida a ser recebida pela população (co-financiadora das instituições públicas por meio de tributos) e se traduz em uma prestação de serviços de forma direta à comunidade extra-universitária. Já a pesquisa acadêmica refere-se à produção de novos conhecimentos científicos. Tal produção orienta e recicla o ensino, por sua vez, entendido como esforço intencional pela transmissão de conhecimento em busca de um virtual aprendizado.

Na definição de Teixeira (2005), ensino é “uma organização do ambiente, onde pessoas se interinfluenciam direta ou indiretamente, com o objetivo de atingir, através de atividades variadas, resultados previamente determinados”. Tal definição já presume a existência de ensino sem professor e engloba os programas educativos de rádio, TV e internet, comumente utilizados na modalidade de Educação à Distância (EaD), mais proliferante a cada dia.

Neste novo contexto educacional-tecnológico, soma-se o fato de que o tempo destinado ao ensino tem se reconfigurado dentre as tantas atividades que cabem ao professor universitário em regime de dedicação exclusiva nas universidades públicas. Com base na Resolução nº 01/95 da UFBA, Leal (2008) elenca as atividades competentes aos professores da instituição: a) preparação e ministração das aulas; b) aplicação e correção de provas; c) orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado; d) investigações científicas, tecnológicas, culturais e artísticas; e) participação

em diretoria, órgãos de classe, comissões e grupos de trabalho interinstitucionais, quando do interesse da Universidade.

Diante de uma carga horária evidentemente inchada pela vultosa quantidade de tarefas, não é difícil presumir a dificuldade que um docente de universidade pública encontra em atender às demandas oriundas dos três pilares (ensino, pesquisa e extensão) de forma equilibrada e, em muitos casos, exercer funções administrativas e representativas. De acordo com Valverde (2006), é costumeiro que a prioridade dentre as várias atividades dos professores universitários recaia em uma das três instâncias (ressalte-se, constitucionalmente indissociáveis) conforme os direcionamentos das políticas para a Educação dados pelas equipes do Governo Federal:

“No governo anterior, o tripé ensino-pesquisa-extensão favoreceu claramente a "pesquisa", possibilitando a constituição de uma verdadeira aristocracia de professores-bolsistas, que soube muito bem defender seus interesses e barrar o caminho ao baixo clero universitário, relegado ao trabalho pesado das aulas e da administração acadêmica. No governo atual, a balança pende fortemente para o lado da extensão, entendida de modo assistencialista e até mesmo demagógico”.
(VALVERDE, 2006)

Questões políticas à parte, depreende-se que a divisão do tempo diário dos professores universitários tem privilegiado as atividades capazes de lhes proporcionar uma maior renda. O fenômeno pode estar relacionado com a generalizada insatisfação diante dos baixos salários percebidos na educação superior pública atual. A título ilustrativo, Leal (2008) detectou, em uma amostra de 31 professores de duas unidades da UFBA, que a média de satisfação com o salário entre os entrevistados é de apenas 2,81 (de um máximo de 7) na chamada Escala de Satisfação no Trabalho (EST).

As bolsas de pesquisa e os projetos de extensão, neste contexto, tornam-se filões a serem explorados pelos professores universitários. No caso da pesquisa e da pós-graduação, que sofreram gigantesca ampliação em todo o Brasil especialmente a partir dos anos 90, as metas perseguidas no mercado acadêmico são os investimentos oriundos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em menor grau – nem por isso desprezível –, a extensão universitária

tem como carro-chefe atual o Programa de Extensão Universitária (Proext) do MEC, que em 2010 aprovou o financiamento de 414 projetos de universidades federais, sete deles emanados da UFBA.

Tais esforços contrastam com a situação do ensino universitário, que não costuma ser alvo de investimentos deste porte. A qualificação docente, por exemplo, é atendida por meio de bolsas para obtenção de títulos como mestrado e doutorado, mas dificilmente pensada no plano das práticas pedagógicas, como se esta fosse considerada uma questão menor. Sobre esta deficiência, o português Rodrigues (2007) assevera:

“A Universidade reflecte pouco sobre a pedagogia, as metodologias de ensino e sobre as causas de sucesso/insucesso dos seus alunos [...]. A pedagogia e as metodologias de ensino são deixadas a uma hipotética arte e vocação pedagógica dos professores, sendo as causas do eventual insucesso escolar assacadas ou a níveis de ensino pré-universitários ou a factores intra-individuais do aluno. Existem docentes universitários para os quais a palavra 'pedagogia' significa um nivelamento por baixo e uma desculpa para os incapazes: os bons professores são os 'sabem muito' e que 'investigam competentemente’” (RODRIGUES, 2007).

Perante tal forma de se encarar as práticas de sala de aula, faz-se necessário evocar o conceito de *aprendizagem*, que não significa necessariamente um fruto brotado do ensino. De acordo com Teixeira (2005), a aprendizagem pode ocorrer independente das escolas, por uma dose de autodidatismo, por uma produção de sentido advinda da exposição aos meios de comunicação de massa, ou por uma imersão empírica nas coletividades. Deste modo, entende-se que a vivência no mercado de trabalho também significa um meio efetivo de aprendizagem, embora muitas vezes distanciado e posto como antagonista à escola.

2.2. CURSOS SUPERIORES DE JORNALISMO NO BRASIL

O primeiro curso de Jornalismo da América Latina foi instalado na Fundação Cásper Líbero, na cidade de São Paulo, no ano de 1947. A instituição privada tinha como foco preparar alunos para as rotinas da prática jornalística, com bases no modelo pragmático norte-americano, e delinear a formação de uma deontologia (conhecida popularmente como Código de Ética) para o bom exercício da profissão, vertente seguida pelas outras universidades que emergiam na época. Melo (2006) classifica esse período universitário do pós-Guerra como *ético-social*, no qual as preocupações jurídicas e éticas são alimentadas pelo contexto de redemocratização do país após o fim do Estado Novo e o subsequente alinhamento brasileiro às tendências antifascistas e antinazistas.

É neste panorama que nasce o curso de Jornalismo da então Universidade da Bahia, precisamente no ano de 1949. O jornalista Jorge Calmon, professor da matéria História da América na Faculdade de Filosofia (FAFI-UFBA), foi um dos principais responsáveis por organizar duas vezes (a primeira tentativa foi frustrada pela escassez de candidatos) um curso que comungava parte do currículo com o curso de Filosofia – algo condizente com o período *ético-social* dos cursos jornalísticos – e, no início, ministrava aulas gratuitamente (MATTOS, 2010, p.313).

Segue-se então o golpe militar de 1964 e a consequente adoção da censura aos meios de comunicação. Os cursos de Jornalismo viram-se obrigados a imergir em um período prioritariamente *técnico-editorial*, no qual os aspectos de capacitação técnica (ainda com forte tônica no jornalismo impresso) tornaram-se o novo foco acadêmico.

Com a reforma universitária empreendida em 1968, o curso de Jornalismo da UFBA foi transferido para uma nova unidade originada da então Escola de Biblioteca e Documentação (EBD). Nascia a Escola de Biblioteconomia e Comunicação (EBC), afetada pela imposição de um currículo mínimo nacional (ironicamente conhecido como “máximo”, devido ao alto número de componentes obrigatórios) por parte do regime militar. No caso dos cursos de Jornalismo, agora denominados “Comunicação Social com habilitação em Jornalismo”, a nova formação trazia avanços na exigência de um ensino com teor humanístico (filosofia, sociologia, história, artes) e já

introduzia os estudos das teorias da Comunicação. Além disso, também se fazia uma atualização aos meios da época, com a preocupação de se capacitar profissionais para as mídias de rádio e TV. Para idealizar tais mudanças curriculares em todo o Brasil, o governo da época nomeou uma comissão de especialistas, entre os quais estava o professor e jornalista baiano Florisvaldo Mattos.

Esta solução universitária representava um híbrido do tradicional modelo norte-americano, hegemônico nos primórdios da construção do Jornalismo no Brasil (baseado em noções como *lead*, *reporter*, *copy desk* e *style book*), e do padrão europeu, mais teórico, reflexivo e humanístico. Ao caracterizar esta diferença de paradigmas, o francês Neveu (2006, p. 29) declara que os textos dos suportes jornalísticos em seu país costumam priorizar a opinião, a discussão e uma linguagem mais individual e literária do que as coberturas factuais, objetivas e orientadas por uma “caça ao furo”, típicas dos EUA e adotadas no Brasil.

No entanto, a reforma trouxe a desfiguração do Jornalismo como um curso próprio, entendido a partir de então como uma entre várias habilitações da área de Comunicação, a exemplo de Relações Públicas e Publicidade & Propaganda. A novidade vinha de uma determinação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entidade ligada às Nações Unidas e criada com intuito de apontar caminhos para os países do Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. A idéia do órgão internacional era adotar na América Latina a experiência do “Comunicador Polivalente”, profissional que substituiria todas as tradicionais profissões do campo da Comunicação. Diante da má aceitação da proposta entre acadêmicos e profissionais no Brasil, a solução foi encontrar um meio-termo: a criação do curso de Comunicação Social e suas diversas habilitações (MEDITSCH, 1999, p. 3-4).

Apesar do fim oficial do curso de Jornalismo nos moldes iniciais, a incessante repressão da censura militar garantia a tônica dos cursos nos aspectos práticos e profissionalizantes da profissão, ainda que fossem escassos os equipamentos adequados ao ensino de rádio, televisão e jornal impresso.

No início dos anos 80, a abertura “lenta, gradual e segura” do governo de Ernesto Geisel começou a ceder espaço para a formação de uma corrente *político-ideológica* nas escolas de Comunicação, e muitos professores engajaram-se na crítica aos *media* guiados pelos estudos da

Escola de Frankfurt (MELO, 2006, p. 28). Estava em voga, no âmbito dos estudos de Comunicação (e dos incipientes programas de pós-graduação), o forte questionamento aos fenômenos da indústria cultural. E apesar de a pesquisa da época investir fortemente na crítica ideológica aos produtos noticiosos, o Jornalismo já passava a dividir espaço com outros segmentos nas escolas de Comunicação:

“Como esse é o período que marca a “desova” dos pioneiros cursos de pós-graduação da área (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília), muitas das teses de mestrados ali seguiam essa ótica interpretativa e procuravam desvendar as teias da engrenagem implantada nas indústrias da comunicação. Essa produção é quantitativamente mais significativa em outros segmentos da comunicação (televisão, publicidade, quadrinhos, fotonovelas). Mas ela também se manifesta no âmbito do jornalismo, conformando uma tendência no sentido de resgatar (ou até mesmo denunciar) a trama político-ideológica que determina o processo de captação, codificação e difusão da notícia”. (MELO, 2006, p. 28)

Na UFBA, o curso de Comunicação Social da UFBA ganhava um espaço independente em 1987, após a invasão de estudantes e professores a um antigo prédio no Canela, onde antes funcionou a Biblioteca Central, recém-transferida na época para o campus de Ondina. Naquele novo espaço (atualmente destinado ao Instituto de Saúde Coletiva - ISC), embora ainda precário e apertado, os estudos sobre a Comunicação Social aos poucos passaram a ganhar notoriedade e a atrair um novo perfil de professores, mais qualificados academicamente, os quais ingressaram por meio de concursos públicos que despertavam interesse nacional. O renovado corpo docente, juntamente com professores que regressavam de cursos de pós-graduação no exterior, contribuiu para o desenvolvimento do mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas em 1989 e, posteriormente, do doutorado, em 1995.

Enquanto isso, o currículo da graduação em Jornalismo continuou estaque até o ano de 1995, quando houve a inclusão de matérias atualizadas às novas tecnologias – Jornalismo Digital, por exemplo – e também a criação da disciplina Teoria do Jornalismo. No entanto, a quantidade de componentes teóricos voltados para os estudos da Comunicação crescia, tendência que já havia provocado uma diáspora de professores ligados ao antigo Departamento de Jornalismo – havia dois

departamentos para um único curso, o que demonstrava o racha causado pela evolução do curso como uma habilitação em Comunicação Social.

A nova mudança de sede no ano 2000, com destino ao edifício onde funcionava o antigo restaurante universitário de Ondina, consolidou posteriormente a Facom como uma escola de destaque em pesquisa acadêmica nas áreas de cultura e comunicação. Em outubro de 2009, o Guia do Estudante da Editora Abril indicou a faculdade (única unidade da UFBA mencionada pela publicação) como uma das três melhores do Brasil na área de Comunicação e Informação.

O sucesso no avanço da área de Comunicação, para alguns estudiosos, não se traduziu em um aperfeiçoamento da graduação em Jornalismo. Pedroso (2002) acredita que há um distanciamento generalizado entre essas duas inclinações devido a um certo desinteresse com o ensino de Jornalismo:

“(...) professores altamente qualificados na área de Comunicação negam-se a assumir disciplinas da área de Jornalismo, alegando que não são tecnicistas nem práticos. Mas falam sobre jornalismo pelo Brasil afora, como se tivessem familiaridade com os desafios diariamente postos aos professores que se dedicam à tribuna da sala de aula, ao ensino, ao conteúdo e à pesquisa do campo do jornalismo”. (PEDROSO, 2002, p. 83)

Paralelamente à concepção do curso de Jornalismo como uma habilitação de Comunicação Social, outras alternativas foram sendo empreendidas. Caso notório foi a iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que em 1988 optou por enfatizar a formação preparatória para o exercício jornalístico em prejuízo da chamada “comunicologia”. Desde então, a grade curricular do curso é majoritariamente composta por disciplinas voltadas para o Jornalismo, abandonando a idéia de uma habilitação em Comunicação Social. Este paradigma parece estar em consonância com o quarto período descrito por Melo (2006, p. 36-37), o período *crítico-profissional*, no qual as reflexões sobre o jornalismo não mais são empregadas por ciências que lhes são alheias, mas sim por esforços teóricos sob rubricas como “jornalismo comparado, sociologia da imprensa e pedagogia do jornalismo”.

Tais iniciativas, hoje consideradas exceção, podem se tornar regra para as universidades nos próximos anos. Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) nomeou uma comissão de especialistas para propor novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Jornalismo. A proposta encaminhada em setembro último ao MEC baseia-se em resgatar a natureza de um curso próprio, onde a formação humanística e a preparação para o exercício profissional são a tônica da grade curricular para a graduação.

A proposta recomenda ainda a implantação de mestrados em Jornalismo. Hoje, no Brasil, apenas a UFSC mantém um mestrado exclusivo para a área de Jornalismo; os demais mestrados estão inseridos na área de Comunicação. Apesar de preconizar o fim da habilitação da Comunicação Social, a proposta de conceder maior identidade aos cursos de Jornalismo não exclui os estudos teóricos comunicacionais, pois estes são entendidos como embasadores para o exercício da profissão. No entanto, o emprego destes estudos será reconfigurado em termos de proporção, de modo a evitar o efeito colateral apontado por Meditsch (1999) nos cursos em que o Jornalismo é tratado como habilitação da Comunicação Social:

“Neste processo, os estudantes que passam por nossos cursos são obrigados a uma opção dramática: ou desprezam a teoria ensinada e reafirmam a vocação profissional que os levou à faculdade, desenvolvendo uma forte resistência à atividade teórica, ou abandonam a vocação inicial e tornam-se 'comunicadores' sem mercado de trabalho e sem prática, só encontrando colocação na própria universidade como 'comunicólogos'”. (MEDITSCH, 1999)

3. DOCUMENTÁRIO

Para abordar o tema escolhido, foi escolhido o gênero cinematográfico *documentário*. Aqui são explicadas as razões desta escolha para confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, em seguida, apresenta-se um aprofundamento conceitual sobre este modo de narrativa audiovisual.

3.1. ESCOLHA DO FORMATO

Ao contrário de uma monografia, cujo alcance é fatalmente restrito ao meio acadêmico, um produto audiovisual possui um caráter mais acessível a estudantes, professores e profissionais da área de Jornalismo, tanto em termos de linguagem quanto de reprodutibilidade para distribuição. A escolha pela abordagem do tema em um produto de vídeo, portanto, baseia-se no intuito de tentar estimular o debate neste público-alvo, já que o tema é considerado de interesse geral na área da Comunicação Social. Pela observação informal, nota-se, ainda, que o audiovisual desperta um grande interesse nos mais diversos perfis de público e faixas etárias, o que infelizmente não se vê em relação a um rádio-documentário ou a uma grande reportagem escrita em meio impresso ou eletrônico.

A partir destas considerações, optou-se pela realização de um *vídeo-documentário*. Diferentemente da vídeo-reportagem, que pressupõe uma narrativa nos padrões e métodos clássicos do Jornalismo (busca da objetividade, abordagem factual, critérios de noticiabilidade, uso de elementos como passagens e *offs*, apresentação do repórter), o gênero documentário permite um recorte particular do fenômeno retratado, além de uma maior liberdade de linguagem. No entanto, de acordo com Oliveira, Roldão e Bazi (2006), a diferença conceitual entre vídeo-reportagem e vídeo-documentário não é absoluta, pois a experimentação de linguagem faz parte de ambos os gêneros e não deve ser desestimulada em nome de um rótulo delimitativo.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A noção de documentário ganhou contornos mais nítidos em 1922, quando o americano Robert Flaherty desenvolveu o longa-metragem *Nanook of the North*, no qual se retrata o cotidiano

de uma família de esquimós do Canadá. Apesar do caráter antropológico, o filme trouxe uma linguagem inovadora para a época justamente pela adoção de uma narrativa típica das histórias de ficção, embora com protagonistas reais.

Esta imbricação entre ficção e realidade, presente no exemplo do clássico de Flaherty, evidencia o caráter representativo do documentário, o que afasta a possível visão ingênua de que tal gênero consistiria em uma tradução fiel e objetiva daquilo que é apreendido pelas câmeras. Sobre estas nuances, Nichols (2005) afirma:

“O fato de os documentários não serem uma reprodução da realidade dá a eles uma voz própria. Eles são uma representação do mundo, e essa representação significa uma visão singular do mundo. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer”.
(NICHOLS, 2005, p. 73)

Desta forma, este gênero cinematográfico busca propagar um viés subjetivo do autor, ainda que este não apareça frente às câmeras. Nichols (2005) lista seis subgêneros do gênero documentário: *a) modo poético*, centrado na subjetividade e na linguagem em si; *b) modo expositivo*, ligado à retórica e à lógica argumentativa; *c) modo observativo*, que consiste no registro de acontecimentos com intervenção mínima do autor; *d) modo participativo*, cujo envolvimento do autor com os sujeitos retratados é mostrado frente às câmeras; *e) modo reflexivo*, no qual se volta à própria condição representativa do documentário, de forma metalinguística; *f) modo performático*, o mais não-convencional e abstrato ao inserir vicissitudes individuais diante do objeto retratado.

Parece mais apropriado considerar o caso do documentário “*Ensino na Facom*” dentro da modalidade expositiva. Trata-se de uma coleção de argumentos de terceiros, montados em uma sequência lógica construída segundo o raciocínio do autor.

Em trabalhos de não-ficção desta espécie, um dos desafios diz respeito à postura ética frente às intervenções subjetivas do autor, como assinala Ramos (2001). A presença da câmera e de seu

operador influi na apreensão do objeto a ser documentado. No caso de uma compilação de depoimentos, há um fator pouco sanável pelo autor detrás das lentes: uma virtual mudança comportamental do entrevistado quando diante de uma câmera. Como assevera Brasil (1995):

“A técnica de entrevista usual utilizada nos filmes documentários está comprometida, à medida que o entrevistado assume uma interpretação de si mesmo, criando uma ‘dramaturgia natural’, diminuindo, portanto, a fronteira entre o entrevistado e o ator, que não pode ser delimitada de forma tão rigorosa”. (BRASIL, 1995).

Consciente da natureza representativa (embora não-ficcional) do vídeo-documentário, a postura adotada durante a edição também deve ser a busca máxima para evitar a chamada “distorção” de opiniões. Como uma frase fora de contexto pode adquirir um significado completamente distinto, é preciso que estejam claras no vídeo as condições nas quais determinada frase foi proferida, de modo a não comprometer o caráter de representação da realidade e nem a postura ética agregada ao produto.

4. PROCESSO PRODUTIVO

A definição dos entrevistados foi feita no período de pré-produção principalmente com base no trabalho de orientação, mas também através de leituras específicas e consultas informais – presenciais e via internet – sobre a história do curso de Jornalismo (ou da habilitação em Jornalismo) da UFBA.

Com relação aos professores e ex-professores, a lista de escolhidos foi baseada na intenção de resgatar a memória acerca da formação de jornalistas pela tal universidade, de modo a abranger as diferentes fases institucionais do curso em questão: *Faculdade de Filosofia* (dois escolhidos – o editor-chefe do Jornal A Tarde, Florisvaldo Mattos; e o professor da UFRB, Sérgio Mattos); *EBC* (quatro escolhidos – o professor do IHAC/UFBA, Albino Rubim; o ex-diretor de Jornalismo da TV Bahia, Carlos Libório; o poeta e escritor Ruy Espinheira Filho; e o professor da Facom/UFBA, Fernando Conceição) e *Facom* (quatro escolhidos – os professores José Mamede, Malu Fontes, Maurício Tavares – também no papel de avaliador de cursos pelo Inep/MEC – e Monclar Valverde, este último sem relação com o meio do Jornalismo, mas incluído aqui pela visão contundente sobre ensino e universidade). Em detrimento de outras alternativas cogitadas, terminamos por selecionar aqueles considerados como detentores de maior propriedade para abordar o tema, seja pelo envolvimento íntimo com a UFBA ou com o ofício de jornalista.

No caso dos alunos e ex-alunos mais recentes da Facom, houve uma prioridade para aqueles que já possuem uma certa experiência no exercício da profissão: a editora da Revista Muito do Jornal A Tarde, Nadja Vladi; o repórter da TVE e da Rádio Cultura AM, Alan Verhine; a repórter da TV Itapoan, Daniela Leone; o repórter e locutor da Rádio Band News FM, Renato Cordeiro.

Para o agendamento das entrevistas, o meio mais utilizado para se estabelecer o contato inicial foi o telefone (sete casos), seguido do contato presencial (cinco); ainda houve um agendamento por e-mail e outro pelo site de relacionamentos Orkut. A tabela 01 (a seguir) mostra a ordem cronológica de gravação das entrevistas, todas realizadas entre os meses de maio e junho de 2010:

TABELA 01 – ORDEM CRONOLÓGICA DE GRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS

	NOME	VÍNCULO	LOCAL E DATA DA GRAVAÇÃO	TEMA EM PAUTA
1	José Mamede	Professor / ex-aluno	Labfoto/Facom (26/05)	Trajetória do curso
2	Malu Fontes	Professora / ex-aluna	Labjor/Facom (27/05)	Faculdades públicas <i>versus</i> particulares
3	Nadja Vladi	Doutoranda Póscom / ex-aluna	Labsom/Facom (27/05)	Trajetória do curso / Ensino e pesquisa
4	Carlos Libório	Ex-professor	Apartamento particular (28/05)	Ensino de Jornalismo
5	Fernando Conceição	Professor / ex-aluno	Sala de professor/Facom (28/05)	Panorama atual dos cursos de Jornalismo
6	Renato Cordeiro	Aluno	Rádio Facom (28/05)	Experiências de outros cursos de Jornalismo
7	Monclar Valverde	Ex-professor	Área verde próxima ao PAF II, campus de Ondina/UFBA (31/05)	Ensino e universidade contemporânea
8	Alan Verhine	Ex-aluno	Corredor do 2º andar/Facom (1º/06)	Preparação para o mercado de trabalho
9	Maurício Tavares	Professor	Sala do Colegiado/Facom (02/06)	Critérios do MEC para avaliação de cursos
10	Albino Rubim	Ex-diretor / ex-professor / ex-aluno	Sede – Conselho Estadual de Cultura (02/06)	Estruturas curriculares
11	Ruy Espinheira Filho	Ex-diretor / ex-professor / ex-aluno	Apartamento particular (08/06)	Trajetória do curso
12	Florisvaldo Mattos	Ex-professor	Sede do A Tarde (08/06)	Trajetória do curso

13	Sérgio Mattos	Ex-professor / ex-aluno	Secretaria do Póscom/Facom (17/06)	Proposta das novas diretrizes curriculares
14	Daniela Leone	Ex-aluna	Sede da TV Itapoan (17/06)	Preparação para o mercado de trabalho

Para elaboração das pautas, foi definida uma agenda mínima de perguntas comuns a todos os entrevistados (trajetória no curso de Jornalismo; avaliação docente, discente e estrutural; opinião sobre componentes curriculares; preparação teórica e prática para exercício da profissão). A maioria das perguntas, entretanto, foi de caráter mais específico, levando-se em conta o repertório e o lugar de fala de cada entrevistado. Uma das perguntas mais recorrentes referia-se à proposta das novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo, mas alguns recusaram-se a responder pelo total desconhecimento sobre a matéria.

As gravações foram realizadas sem a presença de qualquer profissional do ramo audiovisual. Antes de as perguntas serem feitas, o enquadramento era previamente escolhido e fixado com auxílio de um tripé. Durante a entrevista, geralmente a função de monitorar o bom transcorrer da filmagem ficava a cargo do amigo e músico Valter Musael, exceção feita à participação do colega de curso Matheus Feitoza em ocasião única. Ambos participaram de forma amigável e receberam somente uma ajuda financeira para cobrir os custos com transporte e alimentação.

A despeito de nossas dificuldades iniciais com o modo de configuração automática das câmeras – e o conseqüente defeito de granulação em algumas imagens –, o prejuízo técnico de maior significância parece ter sido causado pelo cabeçote de uma das câmeras modelo JVC, posteriormente encaminhada para manutenção. Duas fitas provavelmente tiveram faixas de áudio danificadas enquanto estiveram no interior do equipamento, o que prejudicou o entendimento de certas frases ao longo das entrevistas dos professores Monclar Valverde e Malu Fontes.

Para viabilizar o emprego de fotografias antigas na função de *inserts*, foi indispensável a colaboração do Laboratório de Fotografia da Facom (Labfoto), com aval do professor-coordenador José Mamede e apoio da funcionária técnica-administrativa Mara Mércia e dos monitores voluntários Wendell Wagner e Agnes Cajaíba. Além da contribuição com fotos que já constavam nos arquivos digitais do Labfoto, outras oito fotografias emprestadas pelo servidor Aílton Oliveira (outro importante colaborador no processo de resgate histórico da instituição) foram gentilmente digitalizadas a pedido do autor deste documentário. Ainda foram utilizadas como *inserts* algumas imagens de divulgação disponíveis nos sites de diversas instituições de ensino, além de uma foto do falecido jornalista Jorge Calmon, datada de 2005 e cedida pelo fotógrafo Jônathas Araújo.

Após realizadas gravação e decupagem das 12 primeiras entrevistas, teve início o processo de edição e montagem no Laboratório de Televisão e Vídeo da Facom/UFBA, em um PC equipado com o *software* Adobe Premiere CS3. Com apoio da funcionária técnica-administrativa Tainá Moraes, a sequência discursiva do documentário foi inicialmente montada sem as imagens do professor Sérgio Mattos, as mais custosas de se obter por conta de desencontros de agenda. Entrevista feita com sucesso, aproveitamos a disponibilidade da repórter Daniela Leone para fechar as sessões de filmagens no mesmo dia, mas a partir daí veio a necessidade de se alterar a sequência que fora antes planejada.

Sem a adoção de recursos como o *off* e empregando o revezamento do “corte seco” com efeitos de transição esporádicos, o documentário traça de início a trajetória da formação de jornalistas pela UFBA numa ordem cronológica: 1) os dois cursos fundados por Jorge Calmon na Faculdade de Filosofia (FAFI-UFBA); 2) a reforma universitária de 1968, com o surgimento da Escola de Biblioteconomia e Comunicação (EBC) e a interferência da UNESCO no direcionamento de tal processo; 3) a precariedade dos equipamentos disponíveis à época (ilustrada, neste documentário, por uma curta vinheta comparativa frente à estrutura atual); 4) a criação oficial da Faculdade de Comunicação (Facom) em 1987; 5) a mudança de perfil dos professores universitários e o surgimento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom).

A partir daí, outros pontos entram em discussão conforme os depoimentos vão oferecendo seus “ganchos”. Entre os temas trazidos à pauta estão a divisão da atenção dos professores universitários entre a graduação e a pós-graduação; a falta de iniciativas de preparação pedagógica; o perfil dos alunos que ingressam nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; as estruturas curriculares; o contraste atual entre universidades públicas e particulares, especialmente na preparação de jornalistas; e por último, as perspectivas que se abrem com a possível aprovação das novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE).

4.1. INVESTIMENTO

Devido à atenção e ao apoio dispensados pelo Laboratório de Televisão e Vídeo da Faculdade de Comunicação, o investimento dispendido na produção deste vídeo-documentário foi consideravelmente reduzido. Neste orçamento, os valores referentes a gastos com transporte público e alimentação representam uma estimativa.

TABELA 02 - ORÇAMENTO

Material/Serviço	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
Fitas Mini-DV	R\$ 20,00	7	R\$ 140,00
DVD c/ capa	R\$ 5,00	3	R\$ 15,00
Impressão do encarte	R\$ 2,20	3	R\$ 6,60
Impressão em DVD	R\$ 2,50	3	R\$ 7,50
Impressão do memorial	R\$ 0,15	30 (pág.)	R\$ 4,50
Fotocópia do memorial	R\$ 0,09	90 (pág.)	R\$ 8,10
Classificador	R\$ 3,20	3	R\$ 9,60
Transporte/ Alimentação	–	–	R\$ 115,60
Total			R\$ 306,90

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este vídeo-documentário em envolvimento direto com todo o processo de confecção (idealização, pré-produção, produção, entrevistas, captação de áudio e vídeo, edição e finalização), pude adquirir uma visão panorâmica da organização e mão-de-obra necessárias para se obter os resultados desejados na feitura de um produto audiovisual. Não somente em relação às questões técnicas, mas também ao aprendizado da linguagem própria à arte de ordenar imagem e som. É importante ressaltar que todas as etapas puderam ser realizadas dentro da faculdade, fato que demonstra uma melhoria estrutural significativa em termos de equipamentos e organização, embora a situação ainda esteja longe do ideal.

No que tange ao tema central, consegui aprender sobre o contexto que originou tal espécie de formação superior vista hoje nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, e as contradições que este modelo enfrenta na formação de jornalistas no Brasil e na América Latina. Por sinal, este parece ser um tema raramente discutido entre os alunos das universidades e faculdades mantenedoras de cursos de Jornalismo, fato este que se soma ao quase desconhecimento acerca da proposta das novas diretrizes curriculares, mesmo com a repercussão nos meios de comunicação desde setembro de 2009. Como fator agravante, este estranhamento não é restrito aos estudantes: a proposta ainda é ignorada pelos próprios acadêmicos e profissionais do Jornalismo, o que deixa a impressão de que a possível aprovação das diretrizes no Conselho Nacional de Educação (CNE), caso ocorra em breve, poderá ser vista como uma surpresa geral, ao invés da confirmação de uma reforma já amplamente anunciada.

Acredito que este produto final seja de interesse dos demais faconianos e dos estudantes, professores e profissionais de Jornalismo em geral. O maior aprendizado, contudo, é certamente o meu próprio, adquirido nas mais de quatro horas de filmagens, em dias inteiros gastos em edição e, principalmente, nos debates e reflexões vivenciados durante esses meses de dedicação exclusiva à confecção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA).

6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Umbelino. **O filme documentário como “documento da verdade”**. In: Revista O Olho da História nº 1. Salvador: EDUFBA, 1995. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01ofilme.html>. Acesso em: 22 de jun. 2010.

LEAL, Aline Luisa de Andrade. **Bem-estar no trabalho entre docentes universitários: estudo de caso em uma IES pública**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

MATTOS, Sérgio. **Como Jorge Calmon via o Jornalismo e o jornalista**. In: Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: Intercom, vol. 33, nº 1, p. 311-320, jan/jun 2010. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/view/6089/0>. Acesso em 22 jun. 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire**. In Comunicação e Sociedade. Braga: Revcom, 2004. Disponível em http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/viewPDFInterstitial/4666/4387. Acesso em 22 jun. 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. Artigo, 1999. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>. Acesso em 22 jun. 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24³ edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 1999.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, José Marques de; VIZEU, Alfredo; CHAPARRO, Carlos; MEDITSCH, Eduardo; MOTTA, Luiz Gonzaga; ARAÚJO, Lucia; MATTOS, Sérgio e MOREIRA, Sonia Virginia. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo – Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação.** Portaria nº 203/2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em 22 jun. 2010.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Ana Paula; ROLDÃO, Ivete Carmo-; BAZI, Rogério. **Documentário e video-reportagem:** uma contribuição ao ensino de telejornalismo. São Paulo: 2006. Disponível em: [http://www.fnj.org.br/downloads/ana-ivete-rogerio\(document\)\[2006\].pdf](http://www.fnj.org.br/downloads/ana-ivete-rogerio(document)[2006].pdf). Acesso em 22 jun. 2010.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A questão não é o diploma, mas o ensino.** In: Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade. 2ª edição. Florianópolis: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) (org.), Imprensa da UFSC, 2002.

RAMOS, Fernão Pessoa. **O que é Documentário?** In: RAMOS, Fernão Pessoa e CATANI, Afrânio (orgs.), Estudos de Cinema SOCINE 2000. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001, pp. 192-207. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf>. Acesso em 22 jun. 2010.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição federal de 1988.** São Paulo: Edusp, 1994. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=DPwdVrkbcYwC&printsec=frontcover&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 22 jun. 2010.

RODRIGUES, David. **A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de**

uma Universidade Inclusiva. In: Cadernos de Educação Especial nº 23. Santa Maria, UFSM, 2004. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm>. Acesso em 22 jun. 2010.

TEIXEIRA, Gilberto. **Introdução aos conceitos de Educação, Ensino, Aprendizagem a Didática.** Disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=12&texto=725>. Acesso em 22 jun. 2010.

VALVERDE, Monclar. **O Suicídio da Universidade.** In: Jornal da Facom, edição nº 3. Salvador: UFBA, 2006.